

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.087 - BA (2019/0181633-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : LUIZ OTAVIO PEREIRA GUEDES
AGRAVANTE : SOCIEDADE BENEFICENTE DE ECONOMIA E CREDITO
DE EUNAPOLIS E REGIAO LTDA-SCE
ADVOGADOS : GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE - BA017828
RAFAEL BRUNO DE SÁ - BA033954
THIAGO MAIA D'OLIVEIRA - BA045617
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia, assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL. OPERAÇÃO "PROMETHEUS". INVESTIGAÇÃO SOBRE O DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS LIGADAS À ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL "PIERRE BOURDIEU".

SEQÜESTRO DE BENS E BLOQUEIO DE CONTAS DE 116 (CENTO E DEZESSEIS) INVESTIGADOS, DENTRE ELES OS IMPETRANTES.

IMPETRAÇÃO QUE ARGUI ILEGALIDADE DA DECISÃO QUE DEFERIU A MEDIDA ASSECURATÓRIA, POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO VÍNCULO ENTRE OS IMPETRANTES E OS FATOS APURADOS.

SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA A DECISÃO QUESTIONADA, EVIDENCIANDO OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA CAUTELAR, NA FORMA DOS ARTS. 125 E SEQUINTE DO CPP, E ART. 4º, "CAPUT", DA LEI 12.683/12 (QUE ALTEROU A LEI 9.613/98, PARA TORNAR MAIS EFICIENTE A PERSECUÇÃO PENAL DOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO).

EXCESSO DE PRAZO DA MEDIDA ACAUTELATÓRIA QUE NÃO CONFIGURA ILEGALIDADE. COMPLEXIDADE DOS FATOS APURADOS POR ENVOLVER MUITOS AGENTES E EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DINHEIRO PÚBLICO DESVIADO, ALÉM DOS VALORES CONVENIADOS COM O PODER PÚBLICO ULTRAPASSAR R\$120.000.000,00 (CENTO E VINTE MILHÕES DE REAIS).

Superior Tribunal de Justiça

SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA, PARA QUE OS VALORES DEPOSITADOS A PARTIR DO DIA SEGUINTE À MEDIDA CAUTELAR ORA VERGASTADA - E QUE NÃO FOREM OBJETO DE QUALQUER INVESTIGAÇÃO POLICIAL OU CRIMINAL - POSSAM SER LIVREMENTE MOVIMENTADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Mandado de Segurança em matéria criminal. Operação policial intitulada "Prometheus", onde se investiga, em suma, o desvio de verba pública por parte de integrantes da ONG Pierre Bourdieu, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECULT, do Município de Salvador, e da Universidade do Estado da Bahia - UNEB nos projetos educacionais PMGE, PICEB e CMEI. Seqüestro de bens e bloqueio de contas bancárias dos investigados pela autoridade impetrada.

2. Impetração que sustenta, em síntese, ilegalidade da decisão que determinou o bloqueio das contas bancárias dos impetrantes, sob o fundamento de carência de fundamentação adequada, notadamente em razão da inexistência de provas demonstrativas do vínculo existente entre os impetrantes e os fatos apurados.

3. Parecer da d. Procuradoria de Justiça pela denegação da ordem.

4. Dados constantes no Relatório de Análise Técnica Preliminar de nQ BAPR 003/2014 dão conta de ser a SOCIEDADE BENEFICENTE DE ECONOMIA E CRÉDITO DE EUNÁPOLIS E REGIÃO LTDA-SCE apontada como uma das beneficiárias de valores com indícios de proveniência criminosa, no montante de R\$ 691.280,00 (seiscentos e noventa e um mil, duzentos e oitenta reais).

5. Bem fundamentada a decisão questionada, proferida pela MM Juíza de Direito, determinando, mediante motivação suficiente, bloqueio de valores em contas de 116 (cento e dezesseis) pessoas envolvidas, dentre as quais os impetrantes, com demonstração de evidências da prática de desvio de dinheiro público por parte de integrantes da ONG Pierre Bourdieu, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECULT, do Município de Salvador, e da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, nos projetos educacionais PMGE, PICEB e CMEI, além da medida então deferida assegurar futura restituição dos valores desviados ilicitamente aos cofres públicos.

6. Não está evidenciado na decisão constritiva que o objetivo da medida questionada consistiu no bloqueio de um único valor, que venha englobar todos os impetrantes, verificando-se, ao contrário, que houve determinação do bloqueio de forma

Superior Tribunal de Justiça

individualizada, com o propósito de resguardar, ao máximo, a quantia desviada através das condutas ilícitas em questão.

7. *Não há demonstração nos autos de que o valor bloqueado da SCE excedeu ao quanto determinado na decisão combatida. O que se verifica dos extratos bancários de fls. 76 e 256 são bloqueios genéricos, sem especificar o vínculo com a Ação Cautelar originária nº- 0326768-81.2014.8.05.0001.*

8. *Não deve ser acolhida a alegação de impossibilidade de decretação da medida assecuratória penal sobre o patrimônio da SCE, tendo em vista a regularidade da constrição em exame, pois preenchido o requisito do art. 126 do Código de Processo Penal, que não prevê exceções, exigindo apenas a necessidade de "indícios veementes da proveniência ilícita dos bens", o que se verifica no caso concreto.*

9. *Não restou demonstrada, também, a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo de 60 (sessenta) dias, tendo em vista que o prazo do art. 131, I, do CPP, não deve ser interpretado de maneira absoluta, mas, sim, em atenção ao princípio da proporcionalidade. No presente caso, verifica-se justificado o transcurso do prazo consumido até então, considerando o montante do valor em dinheiro em questão, bem assim a quantidade de agentes envolvidos nos ilícitos apurados.*

10. *Embora se reconheça a legalidade da decisão combatida, havendo sido afastadas todas as alegações dos impetrantes, deve-se considerar a questão à luz do princípio da razoabilidade, a fim de evitar que o bloqueio total e irrestrito das contas bancárias inviabilize por completo tanto a manutenção das atividades da SCE - Sociedade Beneficente de Economia e Crédito de Eunápolis Ltda quanto à própria subsistência de Luiz Otávio Pereira Guedes.*

11. *Ante o exposto, concede-se parcialmente a segurança, "para que os valores depositados a partir do dia seguinte à medida cautelar ora vergastada - e que não forem objeto de qualquer investigação policial ou criminal -, possam ser livremente movimentados". Decisão unânime. (e-STJ fls. 369/374)*

Aponta a defesa a violação dos arts. 125, 126 e 131, todos do Código de Processo Penal alegando que mesmo passados mais de vinte meses desde a decretação do sequestro não houve o oferecimento da denúncia, devendo o mesmo ser levantado. Aduz, ainda, que os valores bloqueados foram além do quanto é erroneamente imputado como de procedência criminosa a

Superior Tribunal de Justiça

este peticionário.

Contrarrazões às e-STJ fls. 500/507.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo desprovimento do agravo às e-STJ fls. 592/595.

É o relatório. **Decido.**

A irresignação não prospera.

Anota-se que não procede a alegação de violação do art. 131 do CPP isso porque, como bem registrou o acórdão estadual (e-STJ fl. 386), a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que caso o atraso seja justificado pelas peculiaridades da causa, complexa e com pluralidade de autores, justificando-se a dilação do prazo, inexistente ofensa ao art. 131, I, do Código de Processo Penal (*ut*, AgRg no AREsp n. 591.543/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, DJe 8/3/2018).

Ainda na mesma linha:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ESPECIAL ADMITIDO NO TRIBUNAL A QUO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. ERRO INESCUSÁVEL.

[...]

SEQUESTRO DE BENS. LEVANTAMENTO. OFERECIMENTO. DENÚNCIA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. COMPLEXIDADE DA CAUSA. 1. As peculiaridades do caso concreto, em especial a complexidade das investigações, justifica a extrapolação do prazo para oferecimento da denúncia, estabelecido no art. 131, inciso I, do Código de Processo Penal, sem que acarrete ofensa ao citado dispositivo legal ou desfazimento da constrição judicial.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1749472/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 06/05/2019)

No que se refere à desproporcionalidade dos valores bloqueados, o TJBA assim se pronunciou:

No que diz respeito à afirmação da defesa de que há um

Superior Tribunal de Justiça

excedente na constrição patrimonial que recai em desfavor da SOCIEDADE BENEFICENTE DE ECONOMIA E CRÉDITO DE EUNÁPOLIS E REGIÃO - SCE, sustentando que houve um bloqueio junto ao Banco Bradesco no valor de R\$ 202.284,26 (duzentos e dois mil e duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos) e junto a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 596.822,00 (quinhentos e noventa e seis reais e oitocentos e vinte e dois reais), ultrapassando, assim, o quanto determinado na decisão judicial questionada - ou seja, o montante de R\$ 542.669,00 (quinhentos e quarenta e dois mil e seiscentos e sessenta e nove reais), não merece prosperar.

*Isso porque, como bem ponderou a douta Procuradoria de Justiça, **não há provas de que "esse bloqueio junto a Caixa Econômica Federal é oriundo do mesmo processo, haja vista a limitação das informações constantes no extrato de fls. 76 e 256 (idênticos), bem como o valor ser superior ao determinado pela ordem judicial". De fato, o que se verifica dos extratos bancários de fls. 76 e 256 são bloqueios genéricos, sem especificar o vínculo com a Ação Cautelar originária n. 0326768-81.2014.8.05.0001. (e-STJ fl. 385 - grifo nosso)***

Constata-se que as razões recursais, afirmando a desproporcionalidade dos valores bloqueados em confronto com as afirmações do acórdão recorrido, prendem-se a uma perspectiva de reexame de matéria de fato, providência inviável na via do recurso especial, a teor do disposto na Súmula n. 7 deste STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para **não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator